

FORMAÇÃO DOCENTE EM OUTROS TEMPOS: ALFABETIZAÇÃO DA EJA E LETRAMENTO RACIAL NA ESCOLA PÚBLICA

Aline dos Santos Barros¹
Ana Cristina Figueiredo Reis²
Anna Letícia de Castro Epelboim³
Beatriz Serrão⁴
Caroline Batista Siqueira⁵
Fernanda de Almeida Carvalho⁶
Iriz Pereira Gomes⁷
Juliana Gonçalves de Almeida Costa⁸
Leandra Karoline Costa⁹
Luana Lopes Valeriano Alves Caetano¹⁰
Márcia Marques Matoso¹¹
Patrícia Elaine Pereira dos Santos¹²
Rebecca Pereira de Paula Moura¹³
Núcleo de Alfabetização da EJA/ FFP UERJ

“Tenho esperança de que futuros educadores conversem cada vez mais.” (bell hooks)

“Eu só posso agradecer por vocês terem vindo escutar a gente, e nos fazer acreditar que para gente ainda é possível. Eu fico muito feliz por cada uma de vocês, e espero que a gente não demore a se encontrar, nem que seja para conversar”. (Maria José, aluna da EJA, Escola Municipal Manna Junior)

¹ Professora na rede privada de ensino no município de São Gonçalo, RJ. Graduanda do curso de Pedagogia da faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista PIBID.

² Professora efetiva da rede pública de ensino SEDUC (Secretaria Municipal de Educação) - Araruama, RJ. É graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista PIBID.

³ É graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista PIBID.

⁴ É graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Participante do GENTE (Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Negritudes e Transgressões Epistêmicas).

⁵ É graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista voluntária do PIBID.

⁶ Professora da Rede Municipal de Ensino da cidade do Rio de Janeiro é graduanda no curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista PIBID.

⁷ É graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista PIBID.

⁸ É graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista PIBID.

⁹ É graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista voluntária do PIBID.

¹⁰ É graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista PIBID.

¹¹ Licenciada em Pedagogia pela UNIRIO; Pós graduada em Administração e Supervisão Escolar pela UCAM; Professora de Ensino Fundamental - EJA - PMSG - Escola Municipal José Manna Júnior

¹² Professora do Departamento de Educação da UERJ FFP, mãe da Ashia e Mahin, coordenadora do GENTE ((Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Negritudes e Transgressões Epistêmicas) e do PIBID Alfabetização da EJA e letramento racial.

¹³ Professora na rede privada de Ensino no Município de São Gonçalo. É graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Bolsista PIBID.

As epígrafes anteriores demarcam a relação da conversa, essa que fazemos em sala com os estudantes e tornamos parte do processo formativo, e que na EJA é improvável que possa ficar de fora ao reconhecemos as histórias e trajetórias como parte do conhecimento. E alinhado com esse desejo de conversar, dialogar, trocar e afetar que demos início ao PIBID.

Esse é um projeto que começou no momento pandêmico que vivemos no mundo, e que mais de 600 mil vidas foram ceifadas por um vírus desconhecido. Tínhamos medo e pouco entendimento do que estava por vim, e esses sentimentos também deram sentido no momento que não podíamos estabelecer encontros presenciais, não podíamos estar na escola como preconizava o projeto. E fomos dando significado a pergunta mais difícil, para além de toda vivência relatada: como um projeto de formação no espaço da escola com a EJA poderia acontecer em formato virtual onde nem sabíamos direito lidar com a tecnologia?

Não éramos as únicas que vivíamos em dúvidas e incertezas sobre a chegada virtual na escola, mas entendíamos as questões que envolviam a pandemia, e sobretudo os estudantes de uma modalidade específica afetados pelas questões econômicas, e desmobilizadas por fome, perdas, falta de trabalho, entre outros pontos se tornavam centrais.

De qualquer forma, tínhamos a missão de repactuar o sentido do PIBID, uma Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC), que visa proporcionar aos discentes, na primeira metade do curso de licenciatura, uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas. O edital aprovado, previsto para 18 meses, ficou com a composição de 8 estudantes bolsistas mais 3 voluntários¹⁴ e o supervisor da escola, representado por um docente em atuação, que também recebera uma bolsa. Além das coordenações específicas que previa uma professora responsável com experiência em educação básica, e uma coordenadora institucional que viabilizava as ações e realizações junto a Capes.

Importa sinalizar um dos principais objetivos do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é promover aproximações entre licenciandos e o cotidiano de escolas da rede pública de educação, a fim de proporcionar vivência e experiência em práticas docentes, com a intenção de contribuir na reflexão e articulação entre teoria e prática, ambos extremamente necessários à formação de futuros professores.

Nesse contexto, o subprojeto de Alfabetização de Jovens e Adultos e Letramento Racial iniciou em novembro de 2020, tendo como espaço de formação a Escola Municipal José Manna Júnior (São Gonçalo – RJ), com uma turma do 1º segmento da educação de jovens e adultos (EJA) que vivia o processo de alfabetização. Esse caminho foi percorrido com a professora coordenadora do subprojeto, Patrícia Elaine Pereira dos Santos, e a professora regente da turma em questão e supervisora do projeto, Márcia Marques Matoso. A maioria do processo foi realizada pela aproximação, estudos e experiências de maneira virtual.

De início, torna-se importante reconhecer que a educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que, por algum motivo, não tiveram acesso ou não puderam concluir ensino regular na idade apropriada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394, de 1996, no artigo 37, garantiu a continuidade e o acesso aos estudos por aqueles que não tiveram oportunidade em idade própria. O parecer CEB/2000 regulamentou “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos” (CEB n.º 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000), onde

¹⁴ Não podemos esquecer da presença da Beatriz Serrão, que participou do projeto a partir de outra bolsa, e dava suporte a estrutura e organização junto a coordenadora do projeto. O que podemos considerar mais uma bolsista voluntária.

preconiza que a EJA, então, não possui mais a função de somente suprir a escolaridade perdida, mas sim a função reparadora, qualificadora e equalizadora.

Assim sendo, inicialmente nosso principal contato com a escola e com os alunos ocorreu, primordialmente, pela referida supervisora do projeto e regente da turma em questão, Márcia Marques, remotamente, que nos trouxe relatos do cotidiano para podermos analisar e refletir ações acerca dos caminhos de aprendizagem e os processos de escolarização que ocorrem na turma em questão. Esse momento inicial foi importante para pensarmos em possíveis ações e movimentos que conseguíssemos trabalhar partindo dos pontos da história de vida dos alunos. Com respaldo do diálogo e autonomia, com o intuito de uma educação libertadora e não bancária, onde os/as estudantes da EJA se sentissem sujeitos de seu pensar, discutissem o seu pensar e visão de mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (FREIRE, 1987, p. 120).

Por conta do contexto pandêmico já mencionado, a prática de nossas reflexões se deram através da produção de atividades acordadas com as professoras, e realizadas para as apostilas mensais dos estudantes da EJA e, para a reflexão de nossa prática, encontramos como solução, a escuta atenta às falas da Márcia em nossos encontros, que trazia consigo as percepções, comentários e entrosamentos dos estudantes com as atividades propostas.

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O LETRAMENTO RACIAL

Hoje no Brasil há legislações referentes à modalidade EJA, fruto da luta política para o reconhecimento e garantia de direitos da educação de jovens e adultos, previstos na constituição federal. Apesar das conquistas como o parecer do conselho nacional de educação de 1997 e 1999, a LDB e a lei 10.162, resultado de um árduo caminho, podemos reconhecer a não importância da EJA, quando em 2018 foi publicada a Base Nacional Comum Curricular, sem mencionar a modalidade. Esquecendo não somente suas especificidades, como também os corpos e trajetórias que ocupam esse espaço.

O público que a EJA atende, em sua maioria, é negra e periférica. Com isso, se faz necessário entender os motivos que acarretam este público ser maioria na modalidade. (PEREIRA, 2021; GOMES & DA SILVA, 2018; DA SILVA, 2009). Segundo Passos e Santos (2018) o currículo tem como base o conhecimento eurocêntrico. As autoras apontam que o principal fator das desigualdades escolares entre brancos e negros é o racismo, que se apresenta nas estruturas sociais e instituições.

“Observam que as instituições escolares historicamente têm repercutido e reproduzido o racismo. Nesse sentido, Munanga (2000, p. 235) identifica que “mesmo nas escolas mais periféricas e marginalizadas do sistema da rede pública, onde todos os alunos são pobres, quem leva o pior em termos de insucesso, fracasso, repetência, abandono e evasão escolares é o aluno de ascendência negra, isto é, os alunos negros e mestiços”. Se observado o currículo constata-se que os conhecimentos são hegemonicamente de base eurocêntrica, contribuindo para o tratamento desigual na escolarização da população negra ao não levar em conta as histórias e culturas afro-brasileiras, africanas.”

Ainda partindo do debate racial e entendendo o público que a EJA atende, neste projeto, quando discorreremos em alfabetização e letramento, pensamos também no

letramento racial¹⁵. E essa é uma relação refletida com Freire (1982), ao partir da perspectiva de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o processo da aquisição da leitura e da escrita devem tangenciar a vivência dos estudantes. Além disso, a tomada da consciência crítica (FREIRE, 1967).

Parafraseando Silva (2007, p. 23), entende-se que, enquanto a alfabetização refere-se às práticas de aprendizagens da leitura e da escrita pelo sujeito, no aspecto mais individualizado, de caráter pedagógico escolarizado, o letramento, para além de focalizar os aspectos “[...] sócio-históricos da aquisição da escrita, também estuda e descreve o contexto social e as demandas de que tipo de letramento emerge das práticas sociais” (BORDIGNON e PAIM, 2017, p. 62).

Ao longo do projeto, foram realizados encontros síncronos a fim de construir diálogos, pensarmos e refletirmos sobre práticas. Como já foi mencionado no texto, em parceria com a supervisora Márcia, que ocupa a posição de professora regente da turma, criamos atividades que formaram apostilas que eram destinadas aos estudantes, visto que a escola adotou tal medida para encontros assíncronos. Para a construção dessas atividades, pensando no princípio do processo de alfabetização partindo do letramento racial, uma única pergunta surgia com frequência para a construção das mesmas: como promover o debate racial por meio de atividades que os estudantes irão realizar fora do espaço escolar? A conclusão que enxergamos para tal questionamento é que não existem fórmulas prontas. Entendemos então que o processo do letramento racial é vivo, não segue uma receita e principalmente: não se esgota. Buscamos leituras a partir das leis 10.639/03 e 11.645/08 para a construção destas atividades.

“Acredita-se que a alfabetização vai muito além de um domínio das habilidades de leitura e de escrita; ao contrário, é algo que não se esgota no processo de aquisição dessas aprendizagens, mas que se estende por toda a vida do sujeito enquanto práticas de letramentos (SOARES, 2012).” (BORDIGNON e PAIM, 2017, p. 64)

Pensando em uma sociedade regida pela democracia e pensando também nas demandas que a sociedade brasileira apresenta, principalmente acerca do debate racial, não podemos pensar em outras práticas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, a não ser uma prática antirracista.

O PIBID/ EJA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO RACIAL NA RELAÇÃO COM A ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MANNA JÚNIOR

Nesse contexto desejamos abordar sobre o nosso contato com a Escola Municipal José Manna Júnior, situada no bairro Antonina em São Gonçalo, inaugurada em 28 de novembro do ano de 1978. É uma escola que atende crianças, jovens e adultos na educação básica, tanto do bairro pertencente quanto os bairros em seu entorno, localizada em uma área urbana, também de fácil acesso para a maioria dos alunos. O público que frequenta a

¹⁵ A alfabetização ou letramento racial é um conceito desenvolvido pela socióloga France Winddance Twine. Em que ela situa como uma forma de socialização racial e treinamento antirracista. A Lia Vainer Schuman sinaliza que, no Brasil, o letramento racial está relacionado principalmente com a necessidade de desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas. Se não admitirmos que nossa sociedade é organizada a partir de uma perspectiva eurocêntrica e orientada pela lógica do privilégio do branco.

escola em sua grande maioria são pessoas de classe popular e periféricas. A escola tem uma estrutura regular que funciona com 10 salas de aula nos turnos da manhã, tarde e noite. Neste último horário com os estudantes da educação de jovens e adultos em que desenvolvemos as nossas reflexões e ações docentes.

Existe um documento que norteia a escola e nos faz compreender melhor sobre ela, suas especificidades, individualidades e sua identidade. O Projeto Político Pedagógico, mais conhecido como PPP, foi realizado através da comunidade escolar. Nos faz pensar a formação dos alunos de forma mais ampla, traz expectativas e direções. De acordo com Veiga:

O projeto político-pedagógico não é um documento acabado, mas um movimento participativo, em contínua transformação: um movimento processual de luta contra a fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, contra a dependência e os efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central (2004, p. 78).

Deve a comunidade escolar que construiu o projeto político-pedagógico estar disposta em preparar mudanças neste documento pensando na dinâmica da autonomia em suas práticas educacionais, desde a gestão administrativa até a parte curricular. Quando falamos do Projeto político-pedagógico da escola Municipal José Manna Júnior percebemos a ausência da temática racial, não há nada no documento que tenha referência ao trabalho de combate ao racismo ou até mesmo ao letramento racial da comunidade escolar, é necessário a criação de estratégias de combate ao racismo que equivale à produção de um conhecimento que valide e valorize a história e cultura dos povos negros e indígenas. Na escola, sobre esse tema, acaba sendo promovidas tarefas e trabalhos em determinadas datas.

A supervisora do projeto Márcia Marques Matoso é professora desde 1993, basicamente na área de Educação Infantil. Já na Educação de Jovens e Adultos tem como experiência a cerca de quatro anos. Márcia, primeiramente comenta para todos nós alguns fatos importantes durante esse período na EJA na Escola Municipal José Manna Júnior. “Ser alfabetizadora nesta instituição de ensino é preciso trabalhar diversas questões com os estudantes, como: autoestima, diversidade, respeito, ampliar conhecimentos prévios, ensinar a ler e a escrever sem infantilizar”. Pensar e praticar esses temas nas escolas são essenciais, a fim de compreender melhor a vida em cotidiano com o mundo. Trabalhar temas diferentes em lugares e espaços distintos podem fazer com que os alunos se sintam à vontade para aprender com o outro, haver a autoestima, empatia e outros temas importantes para se conviver em sociedade. Nesta escola são abordados esses temas em palestras e atividades voltadas para diferentes questões, e trabalhando a diversidade das culturas, músicas, religiões, questões raciais, beleza, como também o artesanato, que permitem nestes espaços a autonomia dos alunos.

Ao longo do ano de 2021 obtivemos informações sobre a Escola Municipal Brasil México. Algumas mudanças foram feitas em relação às matrículas, estrutura física e mudança de gestores. Há dificuldades sobre a falta de matrículas, as escolas municipais devem ter um número mínimo de matriculados. Caso não ocorresse novos alunos, a EJA poderia sofrer com o fechamento e a nossa relação com a escola seria prejudicada. Mesmo com as mudanças e circunstâncias mantivemos contato com a escola e ficamos cientes das informações que a escola nos passou e suas necessidades, suas transformações para se realizar um trabalho que traga resultados positivos. De acordo com isto fizemos alguns questionamentos: será que haverá uma possível visita? Como a nova gestão irá nos receber? Como podemos nos relacionar presencialmente com os alunos? Quais tarefas?

Tínhamos contato com a turma de 1º ano, cerca de 10 pessoas, e todos eles iniciando o processo de alfabetização. A turma era basicamente de adultos do gênero feminino, com o perfil de trabalhadores informais e donas de casa, não havia uma grande discrepância geracional. Aproveitamos para destacar que o nosso maior desafio foi o de criar oportunidades de encontros virtuais com os sujeitos da EJA. Muitos de nós, em especial os professores, nos perguntávamos neste período se seria possível criar vínculos à distância e como seria. O ensino remoto requer subsídios inquestionáveis e inegociáveis como equipamentos e acesso à internet. Sendo assim, retomamos a atenção em especial para a escola e a turma.

A escola propôs a criação de grupos no Facebook onde os professores disponibilizariam as atividades da semana e o aluno poderia de alguma forma ter um contato com o professor através dos comentários. Porém, tomando os estudantes, como exemplo, muitos não tinham acesso à internet de casa e alguns não tinham celular, o que ocasionou um esvaziamento da turma. Infelizmente, os sujeitos da EJA que historicamente já têm os seus direitos negados diariamente com a pandemia, muitos se viram em total abandono por parte do Estado.

Em um segundo momento, com o retorno presencial do administrativo da escola, foi possível criar uma alternativa para atender esses alunos que ficaram sem atendimentos: as apostilas impressas e é agora que conseguimos uma maior aproximação com a nossa professora supervisora e os alunos. Criar atividades para compor as apostilas foi a forma que mais nos aproximamos da professora Márcia e pudemos conhecer melhor a turma. Através dos relatos dela sobre cada aluno entendíamos melhor quem eram esses sujeitos, suas necessidades urgentes para além da escola agravadas neste período. Então, discutimos e refletimos sobre as atividades. Quais atividades eram possíveis à distância, e faziam sentido para esses indivíduos? Quais delas seriam possíveis de serem realizadas pelos alunos sem o auxílio imediato da professora? O que entendemos como letramento racial e como essa temática apareceria nas atividades?

Após estudos e conversas, entendemos que o trabalho na EJA precisa ter bastante cuidado na forma de comunicação no agir e sobretudo ao utilizar recursos didáticos. Além disso, o cuidado de não infantilizar. Nesta modalidade estamos em um ambiente com pessoas que não são crianças, pessoas crescidas com pensamentos já formados com necessidades e atitudes diferentes. Agindo assim, fortalecemos a permanência dos alunos no ambiente escolar. A comunicação entre professor e aluno é essencial, uma peça principal para o desenvolvimento da turma da EJA, como também para os bolsistas do PIBIC que estiveram se habituando do papel docente. A relação com a escola ocorreu exclusivamente através da supervisora que nos informou sobre os acontecimentos gerais da escola, da direção até aos alunos. Ela esteve presente no espaço escolar presencial ou virtualmente com os alunos.

A relação bolsista e escola ocorreu majoritariamente a partir do uso da tecnologia com encontros semanais. É importante abordar também que do início ao fim do projeto, de novembro de 2020 a 30 abril de 2022, muitas mudanças ocorreram, sobretudo porque estávamos vivendo as mudanças de maneira global diante da pandemia. Pontos positivos e negativos aconteceram em relação à escola, mudanças essas que muitas das vezes comprometeram o nosso estudo e aprendizado. Porém, realizamos um trabalho significativo com atividades para os alunos, conforme o nosso subprojeto de Alfabetização e Letramento Racial, por apostilas, dinâmicas, conversas e encontros online.

Foi através dos encontros virtuais e posteriormente presenciais que os conhecimentos como docente foram criando sentido. O contato com os alunos é necessário para compreender a escola, encontros esses positivos para a formação docente. É importante esse entrosamento com atividades dinâmicas, para que os/as estudantes se

sentissem à vontade, e falassem o que pensavam sobre algum determinado conteúdo, sobre si, a sociedade, a escola, o PIBID. Dessa forma, eles participavam melhor das novas oportunidades de aprendizado e a mostraram suas habilidades com seus conhecimentos prévios.

Durante esse período pandêmico, a direção da escola mudou por 3 vezes, mas em nenhum momento ocorreu alguma divergência sobre o grupo de pesquisa na escola, a professora, onde acompanhamos suas turmas da EJA. Havia uma confiança, construída no processo, para nos contarem sobre as evoluções da turma, ou até às dificuldades que alguns alunos tinham. Nos encontros iniciais em nossas reuniões a professora Márcia demonstrava um pouco de resistência em falar mais profundamente sobre suas aulas ou metodologia de ensino, com os encontros acontecendo, a confiança no grupo e nela foi sendo estabelecida, sendo entendido que seria algo importante tanto para nossa formação como para auxiliá-la em suas aulas.

A Educação de Jovens e Adultos da escola sofreu uma vertiginosa evasão escolar, uma parcela de seus alunos não tinham um acesso adequado a tecnologias que fosse a favor deles, ou esse acesso era zero, ou até mesmo a dificuldade em locomoção para ir até à escola buscar as atividades impressas. Essas e outras dificuldades não foram inerentes aos alunos, a escola também não tinha os recursos adequados para atender os alunos e auxiliar os professores que também precisaram se adaptar a essa nova realidade totalmente diferente do cotidiano escolar, a Márcia nos relatou pequenas situações, como a limitação de impressão para as tarefas, dificuldade com conexões de internet, a interação dos alunos no grupo de WhatsApp, e algumas outras mais.

Pensar a relação com a turma de alfabetização da EJA foi uma tarefa que necessitava de responsabilidade, atenção, planejamento, paciência e amor! Estamos convictas que é necessário pensar nas realidades dos estudantes passam dia após dia e propor uma alfabetização com base nos seus conhecimentos prévios para assim dedicar uma formação contínua a eles. Pensar na alfabetização, de acordo com Paulo, que nos convida a trazer os princípios norteadores para o desenvolvimento do aluno da educação de jovens e adultos, sendo: a emancipação, transformação, conscientização e autonomia desse indivíduo.

Paulo Freire, em sua obra Educação como Prática da Liberdade. Esse estudo, em especial, nos fez pensar a questão da democratização da cultura, o analfabetismo, a política brasileira, os termos consciência autêntica/crítica e a ingênua, o diálogo enquanto estratégia de formação, a integração educação e arte, a metodologia a partir das palavras geradoras, dentre muitas outras nuances.

Essas não foram as únicas referências, são algumas escolhas, que fazemos para situar um pouco os caminhos teóricos- metodológicos que construímos nessa jornada. Foram muitas as leituras e discussões ao longo desse percurso formativo de 18 meses, porém aqui nos atentaremos para aquelas que mais dialogaram com o nosso eixo de estudo Alfabetização na EJA e Letramento Racial e que mais mobilizaram às discussões e caminhos metodológicos para/com os alunos da EJA. Ressaltamos ainda que a nossa formação foi realizada por encontros remotos. Algo até então inédito para um programa que fundamentalmente acontece no encontro físico entre universidade e escola. Neste contexto, a todo tempo nos colocávamos a pensar nos caminhos e possibilidades de encontro com a escola, com a professora supervisora e com os alunos.

Paulo Freire, no livro Educação como Prática de Liberdade, nos dirá que “conhecer a realidade estudada é poder interferir nela” (p.148). Logo, diante de tal afirmativa, iremos aprofundar nosso conhecimento homenageando-o porquê está em diálogo com a nossa realidade de estudo, pois evocou a alfabetização de jovens e adultos da classe oprimida, sendo exatamente o nosso objeto de estudo.

Para buscar sentidos aos tantos questionamentos realizados, foi proposto a leitura do capítulo IV, Educação e Conscientização do livro Educação como Prática da Liberdade do Paulo Freire. A leitura deste capítulo surgiu quando tínhamos iniciado algumas proposições junto à turma. Percebemos que algumas das atividades que propusemos causaram alguma angústia aos alunos, pois tiveram dificuldade de realizarem as atividades sozinhos. Logo, refletimos se as atividades talvez não funcionassem no presencial, mas acima de tudo como a presença do professor muda a dinâmica do ensino. Ainda que funcionasse o grupo da turma no WhatsApp com explicações das atividades em forma de áudio ou vídeo, a distância física da professora para auxiliá-los era desanimadora.

Percebemos haver necessidade, por parte das bolsistas, em entender mais sobre metodologia e didática, sobretudo a partir da perspectiva de alfabetização de jovens e adultos, pois algumas estudantes não tinham cursado tais disciplinas por estarem no início da graduação ou por não ter conseguido vaga nestas disciplinas devido ao período emergencial remoto. Desse modo, foi importante pensar que a leitura do capítulo em questão foi desafiadora, com alguns encontros para finalizá-la, mas acreditamos que conceitos importantes como a democratização da cultura, nexos causais, os níveis de consciência que não devemos esquecer podem estar a serviço da dominação como também da luta, da resistência e da cidadania pavimentaram um caminho para uma leitura mais crítica da última parte do capítulo onde se observa o registro da prática em Angicos que foi fundamental para uma reflexão crítica sobre nossas atividades propostas na apostila.

Tivemos acesso ao Paulo Freire para pensarmos temas e palavras geradoras que sensibilizassem os alunos e promovessem de fato a realização de uma atividade mais tranquila, dialógica, porém sem perder de vista o compromisso com a consciência crítica e a emancipação dos sujeitos da EJA porque reconhecemos ser uma modalidade em que as desigualdades sociais se evidenciam nos corpos que ocupam aquele espaço escolar, uma maioria negra e periférica.

Sendo assim, desde então, desenvolvemos atividades que dialogassem mais com as necessidades destes sujeitos históricos que tiveram seu direito à educação negado na infância. A partir do entendimento do conceito de cultura, “*que cultura é toda a criação humana*” (FREIRE, p.109) pensamos atividades que dialogassem mais com seus saberes, com a bagagem que cada um trazia, com as memórias, com o bairro, com a cidade, etc. Percebemos que eles se sentiram muito felizes e valorizados quando entenderam que também sabem muitas coisas que nós professores não sabemos. “*Ninguém ignora tudo, ninguém tudo sabe.*” (VIEIRA PINTO, 1961 apud FREIRE, 1996).

EXPERIÊNCIAS DE UMA PROFESSORA SUPERVISORA DENTRO DO PIBID

Participar do programa do PIBID foi uma experiência para além de muito gratificante, de imensurável aprendizagem. Fomos ao longo do projeto traçando caminhos possíveis para juntos proporcionarmos experiências significativas de aprendizagens para os nossos alunos da EJA.

No início, tivemos que nos adaptar aos encontros e atividades remotas devido à pandemia COVID 19 e como ainda não estava familiarizada com a proposta, confesso que fiquei um pouco perdida com relação à minha participação enquanto supervisora. No entanto, conforme foram acontecendo os nossos encontros remotos, fui me ajustando e compreendendo a proposta do grupo.

Nossas reuniões foram espaço de trocas e de aprendizado mútuo, e por diferentes saberes e experiências acredito que construímos caminhos possíveis no nosso planejamento coletivo para a alfabetização dos jovens e adultos da EJA, que muito contribuíram com a minha prática e oportunizaram uma aprendizagem significativa para o nosso público-alvo, na abordagem do letramento racial.

Então, passado o período mais crítico da pandemia e com todos já vacinados, pudemos voltar ao chão da escola e finalmente termos os nossos encontros presenciais, onde as alunas bolsistas colocaram em prática aulas planejadas, que postas em prática foram carregadas de emoção, criatividade e conteúdos significativos que levaram os nossos alunos a refletir sobre temas atuais e relevantes; onde puderam se expressar e participar ativamente de debates, uma aula prática de capoeira numa relação humanizada e não apenas pedagógica, aulas pensadas para sujeitos protagonistas de suas próprias histórias e não apenas meros receptores de informações. Foi uma honra ter feito parte deste projeto que fez total diferença na minha prática e com certeza na vida de cada aluno contemplado pelo mesmo.

POR UM FINAL SEM PONTO... O DEBATE CONTINUA!

Ao longo destes dezoito meses de programa nos deparamos com desafios e dificuldades para além daqueles que comumente emergem da relação escola-universidade. Em xeque estava esta própria relação que é genuinamente constituinte de um programa de iniciação à docência. Ficamos atônitos por um período até acharmos um caminho que fosse possível criar, fortalecer e manter esta relação, principalmente por estarmos vivendo um período muito triste, cercado de medos, incertezas e perdas. Mas, encerramos essa jornada formativa com um sentimento de superação e com o sentimento de dever cumprido, pois achamos nosso caminho através das propostas de atividades que desenvolvemos.

Neste sentido, conseguimos pensar e promover práticas educativas alicerçadas em um rico arcabouço teórico articulando-o a nossa própria experiência docente, uma vez que, algumas das bolsistas já trabalhavam em escolas em outros segmentos adicionados a experiência, supervisão e orientação das nossas professoras Márcia (supervisora) e Patrícia (coordenadora).

Vale sinaliza que não foi um percurso tranquilo, porém transcorreu de maneira enriquecedora e contribuiu em forma de experiência sobretudo para as licenciadas. Apresentou-se como necessário pensar a educação de jovens e adultos, valorizando suas experiências, sentimentos e bagagens de vida que os alunos trazem consigo, pois, tudo isso, interfere na aprendizagem. Por essa questão, a nossa defesa para uma educação libertadora, e uma relação do pensar, caminhos das ações a partir dos bolsistas, coordenação e supervisão do projeto, aliadas às vivências dos educandos, ponderando a realidade e as experiências dos sujeitos estudantes que foram quem movimentaram toda a estrutura – inspirando tanto as discussões do projeto, como também a sala de aula.

Portanto, chegamos à conclusão de quão importante foi para a nossa formação participar deste programa que nos permitiu tantos encontros, encontro com o outro, encontro com a escola, encontro com os sujeitos da EJA, encontro com aqueles que se debruçaram a estudar e promover à educação como prática libertadora e emancipadora dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>> Acesso em 20\08\17.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 02/03/2022

BRASIL, **Resolução CNE/CEB Nº 11**, de 10 de maio de 2000. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf . Acesso em 02/03/2022

BORDIGNON, Lorita Helena Campanholo; PAIM, Marilane Maria Wolff. **Alfabetização no Brasil: um pouco de história**. Revista Educação em Debate, Fortaleza, v. 39, n. 74, p. 51-67, jul./dez. 2017.

SILVA, Natalino Neves. **Educação de Jovens e Adultos: alguns desafios em torno do direito à educação**. Paidéia, 2009.

DE JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Livraria F. Alves, 1960.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 16-21, 2007.

FREIRE, Madalena - A Paixão de conhecer o mundo - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler - em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1991.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GOMES, NILMA LINO; DA SILVA, NATALINO NEVES. Juventude negra na EJA: para além de uma educação compensatória. **Negritudes e africanidades na América Latina e no Caribe**, 2018, p. 116

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

PASSOS, Joana Célia dos; SANTOS, Carina Santiago dos. **A Educação das relações Étnico-raciais na EJA: entre as potencialidades e os desafios da prática pedagógica.** Educação em Revista, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 1-28, 23 nov. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698192251>.

PEREIRA, Waldinéia Teles. O currículo e a educação de jovens e adultos: onde está o negro nesta relação?. In: CORENZA, Janaína de Azevedo et ali (orgs). Práticas curriculares antirracistas: temas em construção. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021. P.187-204.

PIRES, Rosane de Almeida. Educação de jovens e adultos. In: Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnicos-Raciais.** Brasília: SECAD, 2010, p.99-117.

SILVA, Simone da Conceição Rodrigues da; **Método Paulo Freire: Uma análise da alfabetização de jovens e adultos.**

VEIGA. P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível.** 24^a ed. Campinas: Papirus, 1995.

<https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/opiniao-o-nao-acesso-da-populacao-negra-a-educacao-em-tempos-de-pandemia-mais-uma-tragedia-de-genocidio/> Site acessado em : 01\03\2022

